

O respeito da diversidade é o desafio mais importante para a democracia na África - entrevista com Carlos Lopes¹

Carlos Lopes²
Raphael Bourgois³

Carlos Lopes é um importante economista na África e nas instâncias internacionais. Antigo Subsecretário Geral das Nações Unidas e Secretário Executivo da Comissão Econômica para a África, desde julho de 2018, é o Alto Representante da União Africana para as negociações com a União Europeia. Em todos esses postos de responsabilidade, o guineense pôde afirmar sua visão do desenvolvimento apresentada no livro *A África é o futuro do mundo* (2021)⁴, que ele acaba de publicar. Paradoxalmente, de início, é a constatação de um fracasso, o do mundo encarnado pela Europa, que abre oportunidades inéditas para um continente que, durante muito tempo, ficou enredado nas consequências da colonização. A África, certamente, depara-se com inúmeros desafios, mas, por sua demografia, sua juventude e sua consciência dos problemas ecológicos, pode também se engajar diretamente em um modelo de futuro e tornar-se um exemplo para o mundo. Isso permanecerá, contudo, impossível, enquanto não mudar o olhar sobre o continente, que, segundo Carlos Lopes, deve ser considerado como um conjunto. É, pois, o futuro do mundo que está sendo jogado na África, e não somente o futuro dos africanos.

RB: *Por que dar o título A África é o futuro do mundo ao seu livro, que, enfim, é bem crítico em relação a certos discursos recentes, considerados por demais otimistas, a respeito do desenvolvimento do continente, discursos que, ao minimizar*

¹ Entrevista concedida a Raphael Bourgois, publicada na revista AOC (*Analyse, Opinion, Critique*) em 12 de março de 2021, a quem agradecemos a permissão para integrar nesse dossiê.

² Carlos Lopes é economista e sociólogo guineense. Iniciou a carreira na Organização das Nações Unidas (ONU), em 1988, como economista. É autor de vários livros e já lecionou em universidades do México, Portugal, Suíça e Brasil, para citar alguns. De 2012 a 2016, foi secretário-executivo da Comissão Econômica das Nações Unidas para África (UNECA - United Nations Economic Commission for Africa). Atualmente, é o Alto Representante da União Africana para as negociações com a União Europeia e desempenha funções junto à assessoria política do secretário-geral da ONU.

³ Raphael Bourgois é jornalista e produtor de programas de TV da France Culture.

⁴ Lopes, C. (2021). *L'Afrique est l'avenir du monde: repenser le développement*. Paris: Seuil.

as dificuldades da África, impedem que se pense em políticas de expansão, em possibilidades de sua transformação?

CL: É fato bem conhecido que a representação da África foi fortemente marcada, durante séculos, por um olhar muito pessimista, que remonta à Renascença e às interpretações religiosas do mundo, que relegavam à África um papel menor e que, em seguida, passa pelas declarações de Hegel sobre esse continente que não teria entrado na História... O planisfério de Mercator aparece como símbolo dessa visão: reduz o tamanho da África ao da Groenlândia, quando ela é, na realidade, catorze vezes maior. Ora, essa projeção do mundo é sempre utilizada hoje em dia, pelo Google Maps, por exemplo, quando se sabe pertinentemente que ela é falsa e sobretudo que existe a projeção de Peters, que representa exatamente a proporção territorial dos diferentes continentes. Na minha opinião, verdadeiramente, a metáfora de uma representação pessimista da África se perpetua porque é confortável. Confortável aos olhos, neste caso, pois as pessoas reconhecem o mapa desenhado por Mercator, embora isso obrigue o Google a fazer truques com os seus algoritmos. Mas é também significativo da maneira pela qual se trata a África do ponto de vista econômico, de suas possibilidades sociais e políticas, de seu desenvolvimento histórico recente. Esta é a razão pela qual eu quis, nesse livro, exprimir não somente que a África deveria transformar estruturalmente sua economia, mas também que ela era portadora de respostas, para além das questões estritamente econômicas, a um certo número de desafios de nosso tempo. Por exemplo, o olhar sobre as três megatendências que influenciam o conjunto de debates sobre o desenvolvimento – a megatendência demográfica, a tecnológica e a climática – pode mudar totalmente se dermos um pouco de espaço à expressão de uma outra África. É preciso inverter as perspectivas sem se deixar enganar. É este o sentido desse título.

RB: *Como modificar essa representação errônea? Você insiste sobre os indicadores estatísticos que determinam a ideia que se faz da África, de um continente que cresce rapidamente, tanto econômica quanto demograficamente, mas que se transforma lentamente. Ora, esses indicadores põem um certo número de problemas.*

CL: Penso que a questão dos indicadores e das estatísticas é absolutamente fundamental, porque ilustra a maneira pela qual algumas representações são construídas na falta de conhecimentos confiáveis. Eu me explico: desde o início deste século, foi registrado um ciclo de crescimento sustentado das economias

africanas. O produto interno bruto combinado do continente mais que dobrou desde 2000, o que é uma performance notável, da qual só existem dois outros exemplos históricos, a China e um certo grupo de países da Ásia do Sudeste. Já os países europeus nunca registraram, em toda a sua história, uma duplicação de seu PIB em um período tão curto. É certo que eles conheceram uma acumulação de crescimento ao longo dos séculos, mas não com essa rapidez. Mas essa constatação, quando é formulada, suscita imediatamente a dúvida, já que esse crescimento não parece se traduzir na realidade, por exemplo, na redução da pobreza. É aí que os indicadores e as estatísticas exercem um papel tão importante e, às vezes, contraditórios. Infelizmente, nos países africanos, a situação é tal que os três elementos maiores para a composição da arquitetura estatística são falhos.

Primeiro, as contas nacionais: somente dezessete países em todo o continente têm contas nacionais em dia. Ora, sabemos que os países africanos que fizeram ajustes – o que chamamos em inglês de um procedimento de *rebasining*, que consiste em revisar os métodos e os dados de base utilizados para calcular o PIB – constatam que o tamanho de sua economia é algumas vezes 20% superior, até um terço maior. Um outro problema concerne à demografia: não conhecemos a população africana, pois 40% dos africanos não têm carteira de identidade, e os registros civis são muito lacunares. Isso significa que devemos, aqui também, recorrer a projeções. Acrescenta-se a isso o terceiro elemento, a ausência de conhecimento do território por falta de registros fundiários. Sobre esse ponto, a situação é ainda mais grave: somente 10% das terras africanas têm um registro fundiário legal e bem gerido. Os instrumentos estatísticos são, pois, falhos, e não conhecemos de maneira satisfatória nem a economia, nem a população, nem o território africano. Assim, a realidade do continente é obtida a partir de projeções fundadas nas “externalidades” da África, ou seja, tudo o que concerne às transações com o exterior: a balança dos pagamentos, o comércio, as exportações, as importações... Todos esses elementos existem e alimentarão os dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), que, em seguida, faz com que girem seus programas econométricos para julgar o estado da economia de tal ou qual país. Mas tudo isso, no final, é um pouco aproximativo, para dizer o mínimo.

RB: *Mas, então, como conciliar o que você acaba de dizer com o discurso que se desenvolveu desde os anos 2000 a propósito do crescimento da África?*

CL: *Essa ideia da África Rising vem de um relatório realizado pela sociedade de conselho MCKinsey, retomado pelo The Economist e pelo Financial Times – os*

jornais econômicos que fazem a chuva e o bom tempo no mundo. Ora, é um discurso de oportunidades que era então desenvolvido, a fim de atrair a atenção dos investidores e dos atores econômicos para um mercado, para uma população muito frequentemente negligenciada. Estamos muito longe de um propósito centrado na transformação da África, em sua economia, em sua imagem. Sobretudo, essa abordagem não muda muito para os próprios africanos, que se encontram, mais uma vez, circunscritos nos limites do modelo colonial, fundado na extração e na exportação de matérias-primas. Para que se compreendam bem as consequências econômicas desse modelo colonial, eu daria o exemplo da Nigéria. Nesse país, a pressão fiscal é somente de 7%, enquanto a média mundial se situa em torno de 35%. A parte dos impostos em relação à economia do país é, pois, ínfima, porque – no caso, a estatística existe – 90% do dinheiro público são tirados da exportação do petróleo, que, contudo, não representa senão 6% do PIB nigeriano total. Vê-se bem aqui a influência do modelo colonial sobre uma economia gerada a partir e em função unicamente das exportações de matérias primas, mas não em função do resto. A imensa maioria da economia não é transformada, ela permanece informal, ou seja, sem figurar nos registros civis, nas contas nacionais. Reencontramos a questão das estatísticas, que revelam, ao mesmo tempo, a falta de informações e a ausência de transformação estrutural.

RB: *O resto, o que não está ligado à exportação de matérias-primas, são setores, como a agricultura, ou os serviços, que, como em todo lugar, em todo o mundo, assumem uma importância cada vez maior na economia. Mas você insiste sobretudo na industrialização. Por que atribuir um lugar central a essa questão?*

CL Devo, em primeiro lugar, esclarecer que falo de industrialização no sentido de levar as transações econômicas para a era industrial, de transformar a economia para conduzir diferentes setores de uma baixa para uma alta produtividade. A questão não é necessariamente a de construir usinas, mas de operar uma transição para os modelos de transação econômica que foram criados na era industrial. Não se vai refazer a mundialização, como em Manchester, no século XVIII. Tampouco se pode fazer como a China e voltar-se para a exportação em massa de produtos manufaturados. Devemos levar em conta condicionalidades que são nossas hoje, dificuldades, assim como oportunidades, no plano climático e tecnológico. É evidente que a África deve enfrentar uma série de dificuldades que não lhe permitem seguir o caminho daqueles que a precederam. Primeiro, porque o mundo é mais protecionista, e as regras comerciais se tornaram muito complexas.

Há também uma grande concentração de propriedade intelectual, o que significa que praticamente tudo o que se pode imaginar já foi patenteado. Temos dificuldades de todo tipo com a logística, porque ela se tornou extremamente sofisticada, as cadeias são geridas globalmente e fragmentadas nos domínios de especialização. Temos dificuldades de toda ordem relativas à capacidade de nossa mão de obra para responder às exigências da produção mais desenvolvida. As cadeias de valor tornaram-se globais quando, outrora, eram nacionais, às vezes mesmo regionais. O problema que a África deve enfrentar é que não é mais possível encontrar pontos de entrada, a menos que seja capaz de desenvolver um nível de precisão muito alto. Esta é a razão pela qual a transformação estrutural é indispensável e deve ser feita diretamente com um alto nível de sofisticação.

Chegamos, por isso, atrasados para participar da festa? Não o creio. A África deve concentrar-se nas vantagens que ainda estão disponíveis, pouco numerosas, mas reais, para poder dar esse passo na direção da industrialização. Temos a possibilidade de entrar diretamente na era da automação, da robotização e, logo, da inteligência artificial – mas também da indústria verde, bem mais facilmente do que qualquer outra região do mundo. Com efeito, as energias renováveis custam agora tanto quanto as energias fósseis, em certos casos, menos. Aliás, as indústrias existentes que dependem das energias fósseis são capturadas pelos mecanismos fiscais que as orientam para um funcionamento poluidor que é muito difícil de ser reformado. Tentar desmantelar qualquer pequeno elemento dessa estrutura fiscal é expor-se a que as pessoas desçam para a rua, como o demonstrou o episódio dos *gilets jaunes*, na França. A África não tem essa dificuldade porque está em atraso: como partimos de longe, não temos necessidade de efetuar recuperações ou ajustes difíceis e custosos. Imagine o custo financeiro e ambiental que a Alemanha pagou para construir suas estradas. Esse custo gigantesco é impossível de ser assumido pela África, mas a boa nova é que ela não tem necessidade disso, pois pode, hoje em dia, escolher diretamente energias e materiais que respeitam o ambiente e o preço barato.

Segundo elemento vantajoso para a África: sua demografia. Com muita frequência, nós vemos tão somente os lados ruins de uma concepção malthusiana do mundo, que nos persegue há muito tempo e que, contudo, nunca se confirmou. Ora, se pensamos na inovação, ela só tem futuro se se concretizar em produtos de consumo, se gerar saídas que, como regra geral, encontramos entre os jovens. A partir de 2030, um nascimento em dois terá lugar no continente africano. A juventude africana é absolutamente indispensável enquanto consumidora de

produtos que estão sendo desenvolvidos. Deve-se, entretanto, preparar essa juventude também para ser produtiva. É o terceiro elemento: se, por causa de nosso atraso, não tivemos a oportunidade, como outros lugares o tiveram, de estabelecer barreiras para proteger o desenvolvimento de nossa industrialização, devemos tentar fazê-lo agora. Esta é a condição para que nossas indústrias nascentes possam frutificar. É principalmente o objeto da Zona de Livre Comércio Continental Africana (ZLECA), que foi instituída em primeiro de janeiro de 2021 para os 36 países ratificadores, que é o mais importante projeto de integração hoje em dia. Com efeito, ela criará barreiras extracontinentais – que respeitam, evidentemente, as regras da Organização Mundial do Comércio e do ambiente econômico internacional em geral –, ao mesmo tempo, estabelecendo grandes cadeias de valor, tal como a China, que desenvolveu as suas no nível nacional antes de internacionalizá-las.

Desde que se considere a possibilidade da transição tecnológica e climática, a transição demográfica e a proteção do comércio, é possível considerar de outro modo a estrutura da economia africana. Isso permite principalmente mudar o olhar sobre a agricultura, da qual dependem 60% de nossa população, e que tem a taxa de produtividade mais baixa do mundo. O que se deve fazer para transformá-la? Se nós nos referimos aos trabalhos do economista caribenho Arthur Lewis, prêmio Nobel em 1979, e a todo conhecimento econômico que temos, aparece claramente que não há exemplo histórico de aumento significativo da produtividade agrícola sem que ela se respalde na era industrial. É preciso deixar de opor a agricultura e a industrialização, como foi muito o caso dos discursos sobre o desenvolvimento na África, porque a industrialização é a condição maior do desenvolvimento da agricultura.

RB: *A China ocupa todo um capítulo de seu livro, pois é evidentemente o último exemplo recente de um desenvolvimento econômico espetacular. Mas fala-se muito também de sua influência e de suas ambições sobre o continente africano. Não existe, hoje, um risco de cair de uma numa forma de sujeição em outra?*

CL: Deve-se sempre destacar que a importância geoestratégica da África para a China não é aquela que se imagina. Se considerarmos, por exemplo, os fluxos de dinheiro da China para o continente, eles representam 4% dos investimentos chineses no mundo; há, portanto, 96% desses investimentos que vão para outros lugares. A totalidade da África recebe, em termos de investimentos chineses, tanto quanto o Paquistão – o que põe tudo em perspectiva. Então, por que se fala tanto

da China e por que ela é tão visível? Primeiro, porque ela está muito presente nas infraestruturas. Se se observa o setor de serviços, que é, como em todo lugar do mundo, a categoria mais importante das economias africanas, não se vê tanto a China quanto ela é vista nas infraestruturas. Aliás, há um aspecto que esquecemos com frequência: se há muitas infraestruturas em construção na África, e as empresas chinesas estão muito presentes nesse setor, não é necessariamente com o dinheiro chinês. Para cada dólar de dinheiro chinês investido, há aproximadamente três dólares investidos por outros atores. Os bancos privados ou o Banco europeu de investimento financiam, assim, as infraestruturas na África, construídas por empresas chinesas. É, pois, possível ver as coisas da seguinte maneira: a dívida pública é contraída pela África para “subvencionar” as empresas chinesas de construção, o que leva a afirmar que as infraestruturas são chinesas – quando elas podem ser financiadas pelo Banco Mundial.

A segunda razão pela qual a China é muito visível é porque ela não faz política. Pelo menos aparentemente. É verdade que ela não faz, como o fizeram outros atores tradicionais na África, uma política da “condicionalidade”, que consiste em dar lições, fixar prioridades, pedir contas sobre as despesas ou sobre reformas estruturais. Em contrapartida, ela faz uma política que chamo de “reputacional” em países que não têm um interesse estratégico nem econômico. Em uma grande maioria de pequenos Estados africanos, a China está presente para marcar o terreno e criar um mercado. Para conquistar o mundo, as marcas chinesas devem ter uma dimensão global, e o mercado mais fácil e o menos caro para obter isso está na África. Um exemplo notável: a empresa de tecnologia Huawei tem grandes dificuldades na Europa hoje, mas já está presente na maioria dos países africanos. O Lesoto foi o país de teste da 5G e poderia se tornar o primeiro país completamente equipado da África. O custo é mínimo, mas os efeitos políticos são espetaculares em termos de reputação.

Isso corresponde também a uma evolução da China, de sua economia, que tem cada vez menos dificuldades de matérias-primas tradicionais e cada vez mais das matérias-primas chamadas “estratégicas”. Ora, estas se encontram com frequência na África: o cobalto para as baterias dos automóveis elétricos, o grafite para a impressão em 3D, as terras raras sobre as quais a China quer manter seu monopólio, já que são componentes essenciais na eletrônica. É o que explica a presença da China na República Democrática do Congo, que é um depósito gigantesco de matérias primas estratégicas. A China faz um bom negócio na África, onde ocupa ela um terreno que outros abandonam, nos países que não são

exportadores de matérias-primas tradicionais, mas são chamados a se tornarem exportadores de matérias-primas estratégicas, aquelas voltadas para o futuro, como a Etiópia. E tudo isso a um preço extremamente baixo.

RB: *Você evoca a necessidade de descolonizar a economia africana. Em que medida isso obriga a mudar as regras internacionais? A pandemia, que teve também como efeito fazer explodir o que se pensava ser possível ou impossível no plano econômico, pode ter um papel nesse sentido?*

CL: Assistimos claramente a uma falência da hiperglobalização. Essa constatação nos obriga a pôr em causa toda ortodoxia macroeconômica, o que não era possível vinte anos atrás. Hoje, mesmo o departamento de pesquisa do FMI o faz. Era inimaginável que taxas de lucro negativas pudessem existir. Era inimaginável ver as dívidas públicas explodirem. Era inimaginável que os bancos centrais rejeitassem a regulamentação bancária de Bâle. Era inimaginável que esses mesmos bancos imprimissem a moeda como medida contracíclica. As grandes instituições financeiras internacionais foram levadas a uma atitude com a qual não estavam habituadas: a modéstia. Tudo o que acabo de evocar, que se realizou enquanto era impensável, há um ano, não sabemos – e nem o FMI, nem o Banco Mundial, nem os bancos centrais sabem –, se as medidas tomadas serão suficientes. Há, pois, uma corrida para a solução miraculosa que se comprometeu com a vacinação coletiva, e, enquanto se espera, trata-se de resgatar a economia com um máximo de dinheiro. Acho isso completamente estúpido. Eu vos falo a partir da África do Sul, onde, como sabemos, e a ciência o confirma, o vírus sofre mutações e não podemos descansar inteiramente a respeito de uma vacinação que poderia se revelar insuficiente. Mas nos recusamos a reconhecê-lo, pois essa constatação não resolve nada. Acreditar na solução miraculosa da vacina nos permite fechar os olhos sobre as questões de fundo que devemos colocar, que concernem ao questionamento da globalização. Seria preciso, por exemplo, reconhecer que não podemos tratar esses assuntos de saúde pública global com regras de propriedade intelectual existentes. Seria preciso fazer com que não mais dependêssemos de uma única região do mundo para produzir os equipamentos médicos necessários. Mas, para isso, as regras do comércio internacional devem ser modificadas – e, aparentemente, é mais fácil crer nos milagres do que se comprometer nesse processo. Contudo, esse problema de saúde pública está fazendo explodir o contrato social tal como o conhecemos. As tendências já estavam presentes e só foram exacerbadas por essa crise. O cúmulo é que será

essa solução milagrosa que destruirá completamente o contrato social, porque ela não conseguirá vencer as dificuldades encontradas. Seremos obrigados, penso eu, em um futuro não tão distante, falar do contrato social, e o questionamento da hiperglobalização estará no centro de nossa discussão.

RB: *Que laços você estabelece entre política, democratização e desenvolvimento?*

CL: A expressão “direito ao desenvolvimento”, que se impôs durante tanto tempo, foi muito custosa. Ela nos impediu de completar as transições pós-coloniais necessárias, de discutir aspectos e dimensões cívicas que teriam permitido a transformação política. Nós nos precipitamos em adotar as instituições da democracia liberal, sem ter a base necessária para o bom funcionamento dessas instituições, para que elas pudessem contribuir para a mudança da vida das pessoas. Se eu devesse, por exemplo, dar uma definição simplificada da noção de “desenvolvimento humano”, diria que se trata, antes de tudo, de aumentar as oportunidades. Se a educação se desenvolve, o número de escolhas, logo, de oportunidades, aumenta. Se a expectativa de vida sobe, o número de anos de oportunidades também sobe. Se os recursos aumentam, as oportunidades de consumo também aumentam. Se as prestações sociais se diversificam, as oportunidades de utilizar esses recursos de modo diferente das prestações de base se multiplicam. Para chegar a isso, é preciso que a transformação econômica acompanhe a transformação social e política. Se não, se encerra a África na escolha entre democracia de um lado e desenvolvimento de outro. Salpicamos a sociedade com instituições democráticas que não são verdadeiramente democráticas e que, no fundo, legitimam os poderes autoritários. Na ocasião das eleições, o que ganha toma tudo. Proponho uma nova tipologia em meu livro, que separa os regimes e os líderes africanos em duas categorias: os rentistas e os transformadores. A transformação social e política é o elemento principal que produzirá o desenvolvimento. Os regimes que se acantonam em um comportamento rentista, mesmo se legitimados pelas eleições fantásticas, não aumentam as oportunidades das pessoas: trata-se de camuflagem.

RB: *Há uma outra dimensão que você associa ao desenvolvimento e que ainda não abordamos: é a problemática da identidade e da diversidade. São desafios importantes para as nações africanas, notadamente quando se fala de democratização?*

CL: Na minha opinião, o respeito à diversidade é o desafio mais importante para a democracia na África. A questão que proponho é a seguinte: deve-se democratizar a África ou africanizar a democracia? Democratizar a África é importar instituições do exterior que parecem corresponder a certos modelos constitucionais, mas sem transformar o resto. Africanizar a democracia é colocar no coquetel das instituições democráticas o respeito pela diversidade. Se não introduzimos esse respeito, nunca conseguiremos construir o equilíbrio entre pluralidade e estabilidade. Penso que se pode julgar a qualidade de uma democracia na África com esse critério. O respeito pela diversidade da população da ilha Maurício, composta de muitas etnias, de raças (se se quiser utilizar essa expressão, que tem muitos defeitos), foi uma grande contribuição para o desenvolvimento do país. Este foi também o caso da Namíbia, de Botswana e Gana. Em contrapartida, há muitos contraexemplos, nos quais se constata a falência maior da construção política africana precisamente por causa da falta de respeito pela diversidade. É uma outra herança direta do período colonial, que dividiu os povos em duas categorias: os cidadãos e os súditos. O Estado pós-colonial continuou a tratar sua elite como “cidadã”, e o resto da população continuou como súditos. Hoje em dia, é o pertencimento a uma etnia que exerce o papel de legitimação ou não. Quanto menor for o respeito pela diversidade, menos os membros dessas minorias têm chance de serem tratados como cidadãos. Os exemplos se multiplicam um pouco em todo lugar na África e são visíveis na ocasião das eleições: o candidato vitorioso pertence a uma certa etnia (ou a um certo clã, como na Somália), aquela que constitui a elite; as outras minorias permanecem sendo então tratadas como súditos.

RB: *Já que você fala bastante de descolonizar o pensamento e da importância de se apoiar em um pensamento africano que é muito vivaz, em que você se inspira para “africanizar a democracia”? Por exemplo, atualmente, como você utiliza os conceitos, muito diferentes, de panafricanismo e afrocentrismo, mas muito presentes nos debates sobre a África?*

CL: Não utilizo o conceito de afrocentrismo, que é, na minha opinião, muito decalcado em uma visão inspirada pela diáspora africana e caribenha presente nos Estados Unidos. Essa visão se concentrou demais nas questões identitárias e políticas e não suficientemente na transformação real das sociedades. Ela fez muitos atalhos e impediu o pensamento de evoluir para a discussão sobre um outro modelo de desenvolvimento, de economia. Não rejeito totalmente essa abordagem,

que traz aspectos importantes, mas estou muito mais interessado na questão da transformação estrutural, a exemplo de autores africanos, como Celestin Monga, ou de muitos economistas que são da diáspora. É um combate que, eu penso, está ganhando terreno na política, como mostra o processo de construção da ZLECA, que é levado por um grupo de intelectuais africanos bem potentes. A ideia de liberação do continente em termos políticos obriga a considerar também a tecnicidade dos debates sobre o comércio, e os que sabem como influenciar os líderes políticos agem hoje para criar as condições dessa transformação.

RB: *Uma palavra sobre a reforma da ajuda ao desenvolvimento atualmente discutida no parlamento da França. Trata-se de uma evolução positiva?*

CL: Com efeito, penso que se passam coisas interessantes na França. O primeiro exemplo disso é a decisão da Agência Francesa do Desenvolvimento (AFD) de tratar a África como uma unidade continental. Essa escolha não é somente simbólica, pois é uma das primeiras agências do gênero a decidir sair dos quadros de referência restritos que até então prevaleciam: África negra, África subsaariana, África francófona, reserva particular etc. Contra todas essas designações que, no fundo, fragmentam a África e são portadoras de uma visão colonial, há uma tentativa de descolonizar as mentalidades, de ver a África em seu conjunto, ver suas instituições de integração regional como a União Africana, a ZLECA, com olhos completamente abertos. Essa evolução é, evidentemente, muito positiva, assim como o desejo de enfrentar um certo número de dificuldades sistêmicas contra a dívida, que é um bom exemplo, mas isso vai ainda além. É preciso ter consciência de que esse assunto continuava a ser tratado com o pensamento do Clube de Paris, que deteve 80% das dívidas soberanas na África, mas não representa mais doravante senão menos do que um terço. Ora, esse clube de emprestadores bilaterais, que se reúne em um quadro único sob a direção da administração das finanças francesas para tratar e negociar dívidas soberanas, tem um pensamento que se poderia dizer “cravado” na avaliação do risco, muito influenciado pelas agências de notação. Isso é, entre outras coisas, posto em causa hoje nos propósitos do presidente Emmanuel Macron sobre a anulação da dívida, que interroga essa abordagem de uma maneira certamente diplomática, mas muito clara. É necessário compreender bem que continuar a utilizar os critérios do clube de Paris conduz a não mais emprestar dinheiro para a África. Ora, essa zona é a que tem menos dinheiro emprestado em relação ao tamanho de sua economia. Não se pode nem mesmo comparar os termos de proporções, pois o nível de

endividamento do conjunto do continente, digo bem, do continente, é equivalente ao dos Países Baixos e da Bélgica. Logo, é preciso realmente que as mentalidades mudem, e é o que está ocorrendo na França, assim como o mostra a análise sobre a África para o Senado, com dois tomos notáveis publicados há três ou quatro anos. Ali encontramos um verdadeiro questionamento do modo de ver a África, conclamando a uma mudança de paradigma, à necessidade de respeitar muito a voz africana, à defesa da industrialização do continente da qual falamos e que me é muito cara. Mas, com tudo isso, há limites: esse questionamento concerne a dois domínios nos quais a África tem necessidade de apoio: o peso dos organismos financeiros internacionais de Bretton Woods e o comércio.